

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 49ª REUNIÃO**

Data: 16 e 17 de fevereiro de 2006

Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: Valdemar Araújo (valdemar.araujo@cidadess.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre Alvin de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Helder Naves Torres (helder.torres@mme.gov.br)
- Ministério da Saúde: Fuad Moura Guimarães Braga (fuad.Braga@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues (zoltan@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza P. Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (vcastro.not@terra.com.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Alexander da Silva (agsacamp@cemig.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira – (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Ana Cláudia da Silva (anaclaudia@semarh.goias.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS

- Ana Teresa Mattos M. de Sousa Ponte – DNOCS/CE – (ana.teresa@dnocs.gov.br)
- Andréa Figueiredo – MME/DF – (andrea@mme.gov.br)
- Beatriz Rodrigues de Barcelos – ELABORE – (beatriz@elabore.com.br)
- Célia Regina Buono Paus Poeta – SMA/SP – (celiap@cetesb.sp.gov.br)
- Claudia Blanco de Dios – ELETROBRAS/RJ – (claudia.dios@eletrobras.com)
- Dário Moraes de Almeida – DNPM/SC – (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- Jonistaine Barbosa do Nascimento – FEMA/RR (jonistaine@hotmail.com)
- Luciano Meneses Cardos da Silva – ANA/DF – (lmeneses@ana.gov.br)
- Luís Gustavo Miranda Mello – SEAP/DF – (luismello@seap.gov.br)
- Marcelo Barbosa Sampaio – SEAP/DF – (marcelo@seap.gov.br)
- Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mdiniz@iema.es.gov.br)
- Maria de Lourdes P. dos Santos – CVRD/MG – (maria.Lourdes.santos@cverd.com.br)
- Marina G. B. Scalón – MME/DF – (marina.scalon@mme.gov.br)
- Mauro José Murara – SUDERHSA/PR – (mjm@pr.gov.br)

- Neliton Marques da Silva –SRH/AM – (nmarques@ufam.edu.br)
- Ricardo José Queiroz dos Santos – IMA/AL – (rjqsantos@supering.com.br)
- Rodrigo Laborne Mattioli – SRH/MMA/DF – (rodrigo.mattioli@mma.gov.br)
- Rubens Pereira Brito – NATURATINS/TO – (rubens@naturatins.to.gov.br)
- Sandra Ferraz de Sá Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)

RELATORIA CTPOAR

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Às 10h06 do dia 16 de fevereiro do ano de dois mil e seis, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 49ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a presença, e solicitou a apresentação dos presentes. *Item 2 - Aprovação das Atas da 48ª Reunião da CTPOAR.* A ata foi aprovada com modificações. *Item 3 – Eleição do presidente da CTPOAR.* A Sra. Leila (CERH/SP) abriu a palavra aos membros da CTPOAR para que apresentassem as candidaturas mencionando o aspecto salutar das mudanças. O Sr. Roberto (SRH/MMA) indicou a recondução da Sra. Leila diante da notável condução da CTPOAR. O Sr. Cláudio (ONGs) ratificou a recondução, informando ser este o desejo da sociedade civil. O Sr. Leonardo (ANA) destacou o bom relacionamento e os trabalhos desenvolvidos em parceria confirmando a recondução da Sra. Leila. Os demais representantes presentes apoiaram a recondução diante do exposto pelos membros da SRH, ANA e ONG. A Sra. Leila (CERH/SP) comentou estar efetivamente convencida de que a renovação seria importante e salutar e solicitou que no decorrer desse ano, os membros pensassem em outra pessoa para presidir a CTPOAR. Agradeceu o apoio e a confiança depositada aceitando a recondução. *Item 4 - Continuação da análise das propostas encaminhadas referentes à Minuta de Resolução que estabelece diretrizes para a integração dos procedimentos de obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os de licenciamento ambiental.* Introduzindo o assunto a Sra. Leila (CERH/SP) fez um histórico da condução do assunto no CONAMA em 2002/2003 e no CNRH, desde 2004. Destacou a reunião conjunta da CTIL e da CTAJ (CONAMA), ocorrida em julho de 2005 e os pareceres dos pedidos de vistas ocorridos no dia 18 de julho de 2005, durante a XIII Reunião Ordinária do CNRH. Solicitou que a Sra. Patrícia apresentasse as modificações propostas no texto da minuta de resolução, com as justificativas. A Sra. Patrícia (Indústrias), com o uso da palavra, comentou que a versão original da proposta de resolução possuía caráter de integração de atos administrativos e não de gestão e que a força da gestão estaria nos sistemas de informação integrados. Comentou também sobre a necessidade de discussão e revisões adequadas das formas de deliberação do CNRH, visando uma proposta efetiva para a integração, através dos sistemas de informação de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, o que fortaleceria os dois sistemas de gerenciamento. Comentando sobre o texto da versão da indústria da proposta de resolução, disse que o mesmo induz para uma atuação conjunta dos órgãos de recursos hídricos e meio ambiente nas três fases do licenciamento. Ressaltou a importância da análise de disponibilidade hídrica no planejamento, para o empreendedor. Lembrou que compatibilizar momentos e prender aos carimbos somente amarraria o processo, mas não trataria a gestão. Disse que a integração deveria ocorrer por ação das repartições públicas e não dos usuários. Sugeriu que no texto fossem apresentadas sanções por atraso para a emissão das licenças. Disse que o segmento indústria elaborou sugestões diante do texto da proposta de resolução que seriam apresentadas na XIII Reunião Ordinária, mas que não ocorreu, pois modificariam muito o texto, então para não inviabilizar a reunião sugeriram para o retorno a CT. A Sra.

101 Leila (CERH/SP) lembrou que a razão da existência da CTPOAR seria a integração, seja de
102 atos administrativos em seus tempos e movimentos, seja uma integração maior, de
103 informações e outros aspectos dos sistemas. Disse que o ideal seria a integração dos sistemas
104 a partir de uma base única, de dados e mapas, mas por enquanto isso seria uma grande meta e
105 que não seria essa proposta de resolução ou essa CT que integraria os sistemas, mas que aqui
106 seria o grande aprendizado para o alcance dessa meta, que depende de Políticas Nacionais e
107 Estaduais. Esclareceu que a proposta de resolução tenta espelhar procedimentos que já
108 ocorrem em alguns Estados e disse que espera que os órgãos comecem a trabalhar para
109 integrar seus atos a partir do caráter indicativo que a proposta possui. A Sra. Patrícia
110 (Indústria) ponderou sobre a sugestão apresentada no parecer do pedido de vista referente a
111 integração dos sistemas de informações de recursos hídricos e meio ambiente, alegando ser o
112 sistema de informação o instrumento que mais promove a integração dos sistemas de gestão,
113 colocando assim a necessidade de uma moção a esse respeito, destinada principalmente ao
114 Ministério do Meio Ambiente e que essa deveria sair conjuntamente com a proposta de
115 resolução em questão. A Sra. Leila (CERH/SP) lembrou que o PNRH possui competência
116 para remeter a integração dos sistemas. A Sra. Célia (SMA/SP) disse que a resolução
117 relacionava os instantes de cada ato administrativo, estando bem detalhada para orientar o
118 empreendedor, além de resguarda-lo quanto a reserva de disponibilidade hídrica. Comparou a
119 Resolução CONAMA nº 237/97, que somente menciona a outorga como necessária para o
120 licenciamento ambiental, enquanto a resolução CNRH seria mais objetiva e clara
121 apresentando os instantes de cada ato administrativo. A Sra. Andréa (MME) ilustrou a
122 necessidade de definição de momentos a partir da experiência do setor elétrico em seu último
123 leilão. Esclareceu que o órgão ambiental, de posse dos dados de quantidade, qualidade e a
124 reserva de disponibilidade hídrica, teve segurança para emitir a licença prévia, mas que esse
125 processo não ficou claro, considerando a duplicidade de informações. O Sr. Leonardo (ANA)
126 comentou que a proposta, intitulada proposta para a CNI, apresenta pequenas modificações
127 que tenta conciliar o texto com os pareceres dos pedidos de vista. Ratificou que desde o
128 princípio a proposta de resolução objetivava a integração de tempos, movimentos e análises
129 dos atos, emitidos pelos dois sistemas. Quanto a integração dos sistemas de informação,
130 afirmou que a resolução facilitaria para a sociedade e órgãos ambientais e principalmente para
131 a localização e discussão (análise) de empreendimentos. Concordou com a elaboração da
132 moção sugerida pela representante das Indústrias, lembrando que os sistemas de informações
133 são de responsabilidade de todos que compõem o sistema de gestão. Sugeriu a criação de um
134 GT, no âmbito do MMA para tratar do formato que viabilizaria a integração dos sistemas de
135 informação e que a CTPOAR analisasse as duas propostas disponibilizadas. O Sr. Roberto
136 (SRH) disse ver com simpatia a redação das definições minimizando o aspecto lacônico da
137 proposta de resolução, o que não seria apresentado na proposta das Indústrias. Concordou
138 com a integração dos sistemas de informação, devido a necessidade de agilidade na troca de
139 informação, o que tornaria os processos mais precisos para os usuários e órgãos envolvidos. O
140 Sr. Cláudio (ONG) lembrou que a integração de qualquer instrumento deverá diminuir custos.
141 O Sr. Erivelto (Prestadoras) ponderou sobre a operacionalização dos sistemas de informação,
142 pois acredita que os mesmos necessitem de melhorias que poderiam ser obtidas através de
143 convênios com os Estados. Acenou sobre a dificuldade de agregar as informações que a ANA
144 possui. A Sra. Patrícia (Indústria) alegou que a integração dos sistemas tem que ser
145 encaminhada por consenso. Deu exemplo dos sistemas das polícias (federal e estadual) que já
146 estão integrados. Sugeriu que para a integração dos sistemas fosse apresentada numa
147 comissão tripartite com o conhecimento do diretor do DAI/MMA, Sr. Volnei, e que fossem
148 realizadas apresentações sobre sistemas integrados existentes, como o SIAM, utilizado pela
149 SEMAD/MG. Sobre a proposta de resolução, que apresenta as sugestões das indústrias, disse
150 que essa organiza o raciocínio quanto aos tempos e movimentos; que o essencial da proposta

da CTPOAR não foi retirado, mas que poderia estar faltando algum movimento. Justificou a exclusão das definições no texto da proposta dizendo que a resolução seria consultada por pessoas/técnicos que já possuem contato com o assunto e também pelo caráter normativo que as resoluções do CNRH possui, não devendo assim apresentar definições já consolidadas pelo sistema de meio ambiente e que talvez a CTIL não aprovasse a forma desse artigo. A Sra. Leila (CERH/SP) discordou da sugestão da Sra. Patrícia justificando que para seu entendimento uma resolução, quanto mais conceitos tivesse, mais educativa seria no sentido de orientar os usuários ou os Estados onde não exista a integração. Lembrou que na versão aprovada pela CTIL estão presentes as definições e não houve restrições e ainda lembrou, que durante as reuniões das CTs do CONAMA, nenhum comentário contrário foi feito quanto a esse artigo das definições. Sobre a integração dos sistemas de informação lembrou da preocupação constante da CTPOAR com o tema, revelada pelas apresentações da CPRM e da Secretaria Estadual de Transportes de São Paulo, ocorridas em 2004/2005. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) esclareceu que o sistema de informação de Minas Gerais (SIAM) dá suporte as análises/decisões, mas não determina a integração, sendo esta definida por uma resolução da SEMAD, concluindo que o sistema de informação (SIAM) acelera e facilita e a resolução indica o momento das conversas entre os órgãos. O Sr. Roberto (SRH), enfatizou que a característica desejável do sistema seria o suporte a decisão. A Sra. Vera (CERH/RN) ponderou sobre as duas vertentes apresentadas no decorrer da reunião, clareando a necessidade de normatização da integração e a aplicação do instrumento (sistema de informação) no gerenciamento integrado, não podendo o assunto ser generalizado para se evitar erros. O Sr. Neliton (SRH/AM), após a solicitação de comentários pela Sra. Leila, sobre as formas de análise adotadas nos Estados, aproveitando a presença de vários representantes de órgãos estaduais de recursos hídricos e meio ambiente, informou que o instrumento outorga ainda estaria sendo utilizado de forma embrionária no Amazonas, mas que o Conselho Estadual já estaria funcionando e que essas discussões impulsionariam as CTs. O Sr. Marcelo (SEAP) disse que a SEAP, estaria analisando a possibilidade de integração de autorizações e que esta resolução estaria clareando os procedimentos, pois os órgãos estaduais não estariam integrando para o dimensionamento do impacto e que essa seria a oportunidade de indução da integração. Comentou sobre a necessidade de poucos ajustes para que o texto da proposta de resolução fosse factível para a aplicação em determinadas áreas, visando assim as políticas públicas. Mencionou a dificuldade de obtenção de licenciamento e outorga das atividades apoiadas na SEAP. Nesse momento a Sra. Leila (CERH/SP) deu as boas vindas aos representantes dos órgãos de recursos hídricos presentes na reunião e solicitou que na próxima reunião esses Estados apresentassem o fluxograma de procedimentos para obtenção de outorga e licenciamento ambiental em seus Estados. O Sr. Erivelto (Prestadores) solicitou informações referentes aos estágios de desenvolvimento do sistema de informações gerenciado pela ANA. O Sr. Leonardo (ANA) lembrou que foi delegado a ANA, competências quanto ao sistema de informações nacional, mas que a responsabilidade seria de todos os envolvidos no sistema de recursos hídricos. Citou experiências de integração de sistemas de informação e gestão, em nível de bacia e estado. O Sr. Helder (MME) disse ser simples a integração dos procedimentos, devido ao reduzido número de fases, sendo 3 para meio ambiente e 2 para recursos hídricos. A Sra. Patrícia (Indústrias) externou ter dúvidas quanto ao conteúdo da proposta de resolução e para tanto solicitou a presença do Sr. Marley (SRH), advogado e diretor da SRH para esclarecimentos jurídicos. O Sr. Marcelo (IEMA/ES) disse não acreditar haver problemas em repetir as definições, tendo assim um caráter educativo principalmente por estarem referenciados. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que esse tema já teria sido exaustivamente discutido e que a forma apresentada seria a usual, encontrada em outras Resoluções do CNRH e concordou com a presença do Sr. Marley na próxima reunião. O Sr. Rubens (NATURATINS/TO) questionou sobre a utilização da

terminologia outorga de recursos hídricos ou outorga de direito de uso de recursos hídricos. A Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que o PL 1616 definiria a outorga de recursos hídricos, mas enquanto este texto não fosse aprovado, deveria ser utilizada a terminologia apresentada nas Leis nºs 9433/97 e 9984/00. Nesse momento foi iniciada a leitura da proposta de resolução, versão Indústrias. A Sra. Patrícia (Indústrias) aproveitou para explicar que no art. 3º da proposta de resolução versão indústrias indica que a outorga de direito de uso de recursos hídricos é exigível para a LO e que seus parágrafos tratariam das exceções, ou seja, obras que já interfiram nos recursos hídricos necessitando assim de possuir a outorga de direito de uso de recursos hídrico na LI e informou que esse artigo equivaleria ao art. 5º da proposta da CTPOAR. O Sr. Roberto (SRH) lembrou que o GT teve a preocupação de elaborar o texto da proposta cuja linguagem não transparecesse como uma ordem para os órgãos ambientais, mas que a redação poderia ser melhorada. O Sr. Leonardo (ANA) externou sua opinião quanto a manutenção do texto da proposta de resolução da CTPOAR, por considera-lo mais completo e direto diante da existência das definições. Lembrou a Sra. Patrícia da impossibilidade da reserva de disponibilidade hídrica e a outorga de direito de uso de recursos hídricos serem publicadas concomitantemente devido as suas características, conforme está apresentado no texto da proposta de resolução elaborada pela indústria. O Sr. Helder (MME) disse que as normas apresentadas nas propostas de resolução em questão apresentam mais características do CONAMA do que do CNRH, mas que de qualquer forma a redação da proposta de resolução da CTPOAR, no que tange a manifestação prévia estaria mais adequada. A Sra. Andréa (MME) comentou que a proposta de resolução da CTPOAR, no caso de reserva de disponibilidade hídrica, seria mais assertiva, bem como para os momentos, apesar da redação ser estranha. O Sr. Marcelo (SEAP) ponderou que a manifestação prévia seria facultativa e que no texto elaborado pelo segmento usuário indústrias estaria obrigatória. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) solicitou modificações na metodologia de apreciação dos documentos e sugeriu que as propostas elaboradas pela indústria fossem apresentadas sobre o texto da proposta da CTPOAR, o que foi acatado pela maioria. A Sra. Patrícia (Indústrias) explicou que a proposta elaborada pelo seu segmento tentava separar as atribuições de cada órgão, de meio ambiente e de recursos hídricos, mas que talvez o texto precisasse ser melhorado para atingir esse objetivo, além da articulação necessária para a integração. O intervalo para o almoço ocorreu entre 12:10 e 14:30, quando a reunião foi reiniciada com a leitura da proposta de resolução elaborada pela CTPOAR. O Sr. Leonardo (ANA) explicou que a proposta tentava definir os tempos para cada ato e ressaltou que a manifestação prévia estava como facultativa, mas que a forma poderia ainda ser mais direta. A Sra. Patrícia (Indústrias) disse que a redação deveria ser mais clara, principalmente as obrigações e competências e usar artigos diferentes para assuntos de outorga e de licenciamento. Lembrou da necessidade de aviso ao empreendedor quanto ao momento de requerer cada ato. Disse que a articulação entre os órgãos deveria ocorrer antes de qualquer informação ser apresentada. Sugeriu que fosse explicitada a análise considerando seu alto custo e que houvesse a reorganização dos artigos agrupando-os conforme o assunto, outorga e licenciamento. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) demonstrou sua preocupação quanto a utilização dos termos requerido e emitido, pois acredita que o termo emitido transparece ordem para o órgão ambiental. A Sra. Patrícia (Indústrias) sugeriu que as outorgas e licenças fossem requeridas no mesmo momento pelo empreendedor e que a análise e emissão fossem concomitantes. O Sr. Leonardo (ANA) esclareceu que a proposta de resolução não impediria a solicitação das outorgas e licenças concomitantes. A Sra. Patrícia (Indústrias) enfatizou a necessidade de diálogo/discussão por ser esta a forma de gestão. Lembrou dos fracassos já ocorridos em negociações do setor de meio ambiente que culminaram com a interferência do Ministério Público. O Sr. Marcelo (SEAP) observou que quanto mais aberto o sistema, com mais alternativas de entrada, maior a chance de fracasso, devendo ficar clara a sequência de etapas

para o empreendedor. Lembrou que a fase que apresentaria maiores dificuldades em todo o processo seria a prévia que trataria da concepção do projeto, devendo ser a mais clara. Esclarecendo o Sr. Marcelo, a Sra. Maria Luíza (CERH/MG) disse que na proposta de resolução o caminho inicial para o empreendedor seria obtendo a manifestação prévia e posteriormente a licença prévia. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) durante as discussões da redação do art. 4º questionou a necessidade de se estabelecer garantias para o empreendedor, na fase da manifestação prévia, sendo esclarecido, pela Sra. Leila da inviabilidade dessas garantias nesta fase, considerando seu aspecto de planejamento, somente reservando a vazão. Disse que a insegurança colocada pela Sra. Maria de Lourdes também não seria pertinente considerando que a outorga de direito de recursos hídricos, garante a vazão na LI para empreendimentos que necessitem de vazão ou interferência nos recursos hídricos já nesta fase. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) questionou a sequência de etapas para os pequenos empreendimentos, principalmente por considerar desnecessária a manifestação prévia para este porte, devendo ser direta a solicitação da outorga de direito de uso de recursos hídricos. Explicaram a impossibilidade do questionamento da Sra. Maria de Lourdes, sempre baseado na expectativa de planejamento que a etapa de manifestação prévia possui. Discutiram o uso do termo interessado e requerido, permanecendo os termos na proposta de resolução. O Sr. Rubens (NATURATINS/TO) questionou até que ponto a reserva de disponibilidade hídrica garantiria vazão para o empreendedor. A Sra. Leila (CERH/SP) lembrou que a RDH (reserva de disponibilidade hídrica) reserva uma faixa de vazão para que o meio ambiente saiba da possibilidade de instalação do empreendimento, considerando a existência de água. A Sra. Patrícia (Indústrias) lembrou da necessidade da resolução apresentar caráter pró-ativo, identificando a importância da participação de todos os envolvidos, não somente do empreendedor que estaria diretamente articulando-se com os órgãos de recursos hídricos e meio ambiente. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) disse não enxergar confusão quanto ao marco zero do processo ser a manifestação prévia. O Sr. Roberto (SRH) e a Sra. Andréa colocaram que a discussão em questão já seria matéria superada, sendo que já fora pensada a manifestação prévia e toda a ordem de organização que apresenta uma lógica, nos últimos dois anos. Foram então apresentadas três propostas para o art. 4º, sendo acordada a segunda proposta, presente no anexo 1 (Proposta de Resolução - CTPOAR). Discutiram o art. 5º da proposta de resolução, contudo a Sra. Patrícia (Indústrias) lembrou que o Ministério Público exige a análise se assim estiver definida em resolução e que a proposta de resolução em si não estaria promovendo a integração e que não estaria claro o propósito da apresentação das outorgas, devendo a redação ser melhorada. A Sra. Célia (SMA/SP) esclareceu que as outorgas deveriam ser recebidas para instruir o processo e subsidiar a análise e ainda complementou dizendo que a proposta de resolução não dá ordem ao sistema de meio ambiente. O Sr. Marcelo (SEAP) comentou que os comandos para os órgãos ambientais não deveriam ser explícitos. A Sra. Patrícia (Indústrias) disse que o objetivo é integrar atos dos órgãos, para tanto haveria interferência das outorgas nas licenças e vice-versa e isso não estaria ocorrendo, causando uma situação desconfortável e infrutífera sendo estas as razões para o pedido de vista que não seria um agente atrapalhador. A Sra. Leila (CERH/SP) disse que a intenção da CTPOAR sempre foi de buscar o convencimento das partes, mas o que estaria ocorrendo seria perda de tempo, pois os pontos já teriam sido exaustivamente discutidos e por isso a inflexão na aceitação das propostas. A Sra. Maria Luíza (CERH/MG) disse concordar com a colocação da Sra. Patrícia no que tange a apresentação das outorgas para as licenças, pois isso não indica a análise adequada do documento e sugeriu que o CONAMA interferisse na forma de análise por parte dos órgãos ambientais. A Sra. Andréa (MME) ressaltou a importância da análise. O Sr. Helder (MME) rememorou os 4 anos de discussão do assunto, resgatando o objetivo principal que seria de disciplinar a integração e que a resolução viria para minimizar as confusões sobre o assunto nas várias esferas

envolvidas. A Sra. Patrícia (Indústrias) disse ser muita pretensão afirmar que a proposta de resolução estaria integrando, conforme o desejado, pois a mesma só estaria integrando documentos. A Sra. Leila (CERH/SP) esclareceu que o grupo de trabalho elaborou essa proposta de resolução visando os tempos e movimentos do processo de licenciamento e de outorga e disse que a integração não estaria nos carimbos e sim na conversa e apreciação técnica dos documentos, principalmente a disponibilidade e o balanço hídrico, e para integração, concordaria que o melhor seria uma resolução conjunta, até mais detalhada que esta, como a feita em São Paulo. O Sr. Roberto (SRH) comentou que talvez o uso do termo integração não fosse adequado, pois a proposta de resolução revela somente uma articulação, assim sugeriu que a proposta de resolução fosse menos pretensiosa e tratar sim de articulação. A Sra. Patrícia (Indústria) concordou com as colocações do Sr. Roberto que foram de encontro com as suas argumentações e sugeriu que fosse revista a utilização do termo integração especificamente na ementa e no art. 1º da proposta de resolução da CTPOAR. Disse que a proposta de resolução deveria ter caráter mais orientativo caso conclua que a resolução não proporcionaria a integração. Diante do fato, acordou a retirada da versão da proposta de resolução das indústrias condicionada a mudança do termo integração. A Sra. Leila (CERH/SP) solicitou que todos fizessem uma análise com seus pares (órgãos de meio ambiente) quanto a substituição do termo integração para a próxima reunião. Solicitou também que fossem trazidas contribuições para a conclusão da análise do PL 1616. Por fim acordaram a data da próxima reunião para os dias 20 e 21 de março. *Item 5 – Assuntos Gerais*
A Sra. Maria Luiza (CERH/MG) ressaltou a importância da participação no Simpósio Latino-Americano de Monitoramento de Águas Subterrâneas que será realizado, em Belo Horizonte, no período de 23 a 26 de abril. A 49ª Reunião foi encerrada às 18h, sendo ratificado o horário de início da 3ª Reunião do GT Águas Minerais CTAS e CTPOAR para as 09h30 do dia seguinte.

Ata aprovada na 50ª reunião, realizada em 20 de março de 2006.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR